

AUTISMO NA VIDA ADULTA – PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Cássia Cortines Peixoto ¹
Danielle de Moraes Góis Diniz ²
Tatiana Pereira Veiga Zahal ³
Manuel Gustavo Leitão Ribeiro ⁴

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações na comunicação, interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento. Embora suas manifestações se iniciem na infância, o TEA acompanha o indivíduo ao longo da vida, repercutindo significativamente na autonomia e nas relações interpessoais e profissionais. A transição para a vida adulta representa uma etapa desafiadora, marcada pela adaptação a novas demandas e pela busca de independência. Os adultos com TEA frequentemente enfrentam obstáculos relacionados à comunicação e à interação social, o que pode dificultar o estabelecimento de vínculos afetivos e profissionais. Soma-se a isso a necessidade de rotinas estruturadas, que, embora promovam segurança, podem limitar a flexibilidade exigida em ambientes de trabalho e convivência social. Outro aspecto relevante refere-se às comorbidades associadas: ansiedade, depressão e isolamento social, que comprometem o bem-estar e demandam acompanhamento especializado e contínuo. Nos últimos anos, observou-se um avanço no reconhecimento da neurodiversidade, essa perspectiva contribuiu para a criação de espaços mais inclusivos para o desenvolvimento de políticas e programas de apoio que consideram as potencialidades das pessoas com TEA. Em ambientes corporativos, por exemplo, iniciativas voltadas à inclusão têm possibilitado não apenas o ingresso, mas também a permanência e o crescimento profissional desses indivíduos, demonstrando que a diversidade cognitiva pode constituir um diferencial positivo no desempenho organizacional. Diante desse cenário, o estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por indivíduos com TEA na vida adulta e ensino superior, discutir as perspectivas de inclusão social e profissional a partir de uma abordagem descritiva e analítica fundamentada na obra *Autismo no Adulto*, de Del Porto e Assumpção Jr. Ao articular aspectos sociais, saúde mental e políticas públicas, busca-se compreender como a sociedade pode avançar na promoção da inclusão genuína, capaz de garantir autonomia, dignidade e oportunidades equitativas para pessoas autistas.

Palavras-chave: Autismo, Vida adulta, Inclusão Social, Políticas públicas.

¹Mestranda do Curso de Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense - UFF - RJ, cassiacortines@id.uff.br;

²Mestra do Curso de Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense -UFF - RJ, dmgdiniz@id.uff.br;

³Mestranda do Curso de Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense - UFF - RJ tatizahal@gmail.com;

⁴Manuel Gustavo Leitão Ribeiro. Doutor, Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, mgustavo@id.uff.br. (orientador)

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que se manifesta precocemente, ainda nos primeiros meses de vida, e acompanha o indivíduo ao longo de toda a sua existência. Trata-se de um transtorno caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social, bem como pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento e interesse (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). O conceito de “espectro” refere-se à diversidade sintomatológica decorrente da variedade de níveis de comprometimento e manifestações clínicas presentes nos indivíduos. Essa terminologia expressa a amplitude das características do transtorno, que podem variar desde déficits leves até severos nas diversas áreas. Assim, o termo “espectro” evidencia que o autismo não se apresenta de forma uniforme, mas sim com uma pluralidade de perfis e graus de intensidade, refletindo a singularidade de cada pessoa autista em seu modo de perceber e interagir com o mundo. As manifestações mais evidentes ocorrem, em geral, na primeira infância, período compreendido até os seis anos de idade, conforme disposto na Lei nº 13.257/2016 (Brasil, 2016; Lei do Marco Legal da Primeira Infância), podendo variar em intensidade e forma de apresentação ao longo das diferentes etapas do desenvolvimento.

De acordo com a 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), é classificado em três níveis de suporte, de acordo com o grau de comprometimento e a necessidade de auxílio do indivíduo: 1) requer suporte muito substancial (nível 3), 2) requer suporte substancial (nível 2) e 3) requer suporte (nível 1). Essa categorização visa orientar o planejamento de intervenções e o delineamento de estratégias terapêuticas que promovam o desenvolvimento global e a inclusão social da pessoa autista. Esse mesmo critério de classificação engloba a todos os indivíduos com o Transtorno do Espectro Autista da primeira infância à fase adulta, podendo o mesmo indivíduo transitar entre diferentes níveis de suporte ao longo do desenvolvimento, bem como apresentar variações nos graus de comprometimento em distintas áreas do comportamento (hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, reciprocidade socioemocional, comunicação não verbal, interesses fixos e intensos, funções executivas, desenvolvimento, manutenção e compreensão de relacionamentos).

A transição para a vida adulta constitui um período de intensas transformações e desafios, especialmente para indivíduos com TEA. Além dos comprometimentos específicos do transtorno, aspectos como a busca por independência, inserção e retenção no mercado de



trabalho, acesso à moradia e conquista da autonomia financeira são frequentemente dificultados pelas características centrais do transtorno, entre as quais se destacam as dificuldades na comunicação social, na interação interpessoal e a necessidade de manutenção de rotinas estruturadas.

A insuficiente compreensão e aceitação social do TEA na vida adulta tende a agravar esse contexto, restringindo oportunidades e limitando o pleno desenvolvimento pessoal e profissional desses indivíduos. Somado a isto, a saúde mental desponta como uma dimensão de especial atenção, uma vez que quadros de ansiedade, depressão e isolamento social são recorrentes entre adultos autistas, demandando acompanhamento psicológico e psiquiátrico contínuo e especializado.

O resgate do indivíduo autista adulto de sua invisibilidade social configura ação fundamental para minimizar a exclusão e impulsionar uma sociedade verdadeiramente inclusiva, pautada na valorização das pessoas com deficiência. Essa perspectiva torna-se especialmente relevante diante do cenário atual, em que o diagnóstico e a atenção ao TEA ainda se concentram majoritariamente na infância, relegando os adultos ao silenciamento e à ausência de políticas públicas específicas. Nesse contexto, a superação da invisibilidade e da exclusão requer o combate a barreiras institucionais e atitudinais, além da promoção de um discurso social que reafirme o valor da diversidade e da inclusão como princípios norteadores das práticas coletivas contemporâneas.

Compreender as demandas e singularidades da pessoa autista adulta é, portanto, um passo essencial para o fortalecimento de práticas sociais, educacionais e laborais mais equitativas. Ao promover a visibilidade desse grupo, pretende-se fomentar uma cultura de inclusão que ultrapasse o discurso e se traduza em ações concretas, garantindo autonomia, participação social e qualidade de vida para todos os indivíduos no espectro.

O presente estudo teve como objetivo analisar e evidenciar os desafios e as estratégias relacionados à prevalência e às experiências do TEA em indivíduos adultos já diagnosticados. Considera-se que, embora a maior incidência registrada até o momento se concentre em crianças e adolescentes, o autismo é uma condição do neurodesenvolvimento que se manifesta e persiste ao longo de toda a vida.

Busca-se, assim, desmistificar a concepção equivocada de que o autismo é uma condição exclusiva da infância, ressaltando a importância do reconhecimento, acompanhamento e apoio ao indivíduo autista em todas as fases do desenvolvimento.

Dessa forma, pretende-se contribuir para o aprimoramento de políticas públicas, práticas clínicas, ações educacionais e estratégias de intervenção, de modo a atender às demandas



específicas dos sujeitos autistas adultos, promovendo inclusão social, autonomia e bem-estar ao longo de sua vida.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados os seguintes descritores para a seleção dos artigos científicos: “autismo”, “vida adulta” e “ensino superior”. As buscas foram realizadas nas plataformas Google Acadêmico e SCIELO, abrangendo publicações dos últimos cinco anos, correspondentes ao período pós-pandemia de Covid-19.

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentado em revisão de literatura. O objetivo principal desta revisão narrativa foi evidenciar a relevância científica e social do estudo do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na vida adulta, considerando a escassez de produções acadêmicas voltadas a essa fase do desenvolvimento.

3.1 Análise e seleção de material

Os resultados iniciais somaram mais de trinta e nove páginas de publicações, das quais foram selecionados apenas os estudos pertinentes ao tema central da investigação. Considerou-se, ainda, o idioma português como critério de filtragem, a fim de privilegiar produções alinhadas à realidade sociocultural brasileira.

Como critérios de inclusão, consideraram-se os estudos que abordavam de forma direta o Transtorno do Espectro Autista na vida adulta, com ênfase em aspectos sociais, de saúde mental e políticas públicas.

Como critérios de exclusão, desconsideraram-se os artigos que não contemplavam os descritores estabelecidos, não se enquadravam no recorte temporal definido ou apresentavam enfoque limitado à infância e adolescência, sem estabelecer relação com a temática central desta pesquisa.

Os artigos selecionados foram lidos, analisados e organizados por categorias temáticas, com o intuito de identificar os principais desafios e estratégias vivenciados por indivíduos autistas ao longo da vida adulta, considerando especialmente os contextos do ensino superior e do mercado de trabalho.

A etapa de leitura possibilitou uma análise qualitativa de conteúdo, na qual os estudos foram classificados conforme sua contribuição para a compreensão dos aspectos biopsicossociais envolvidos na experiência da pessoa autista adulta. Essa categorização



permitiu não apenas mapear as barreiras enfrentadas, como também evidenciar as formas de enfrentamento, adaptação e superação empregadas pelos próprios indivíduos e pelas instituições que os acolhem.

O processo de categorização seguiu uma abordagem indutiva, permitindo que as categorias emergissem a partir das recorrências observadas nos textos analisados. Assim, os artigos foram agrupados em dois eixos principais:

- **Desafios:** referentes às dificuldades cognitivas, emocionais, sociais e estruturais enfrentadas por autistas adultos em sua trajetória acadêmica e profissional;
- **Estratégias:** compreendendo as ações individuais, familiares, institucionais e governamentais que favorecem a inclusão, a autonomia e o bem-estar dessa população.

Essa sistematização dos dados proporcionou uma visão integrada dos fatores que limitam ou potencializam o desenvolvimento e a participação social da pessoa autista, contribuindo para a elaboração de análises e recomendações voltadas ao fortalecimento das práticas inclusivas e à formulação de políticas públicas mais eficazes.

3.2 Evidência da importância do reconhecimento do TEA na vida adulta

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é historicamente compreendido como uma condição predominantemente infantil, o que contribuiu para que grande parte das políticas públicas, diagnósticos e estratégias de intervenção fossem voltados ao público da educação básica.

As evidências seguiram uma abordagem fundamentada na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner (2008). Essa teoria permitiu compreender como as interações entre os diferentes níveis do ambiente (microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema) influenciam o comportamento e o desenvolvimento do indivíduo autista ao longo da vida.

A partir desse referencial, foi possível observar que as transições entre contextos — como o deslocamento do ambiente familiar e escolar para o meio universitário ou profissional — constituem pontos críticos de vulnerabilidade, que demandam planejamento, apoio e políticas de continuidade. Os artigos evidenciam que a ausência desses mecanismos amplia o risco de rejeição social, desregulação emocional e exclusão institucional, reforçando a importância do reconhecimento formal e do suporte especializado na vida adulta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

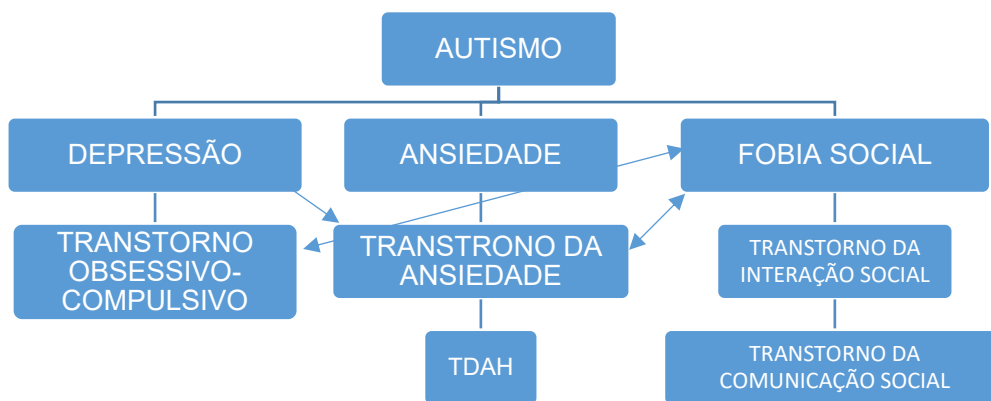


Para a análise teórica e conceitual do presente estudo, adotou-se como referências principais a obra *Autismo no Adulto*, de Del Porto e Assumpção Jr. (2023), a perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner (2008), e os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025).

A combinação dessas fontes permitiu uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados por indivíduos autistas na vida adulta, considerando prevalência, trajetória educacional, fatores biológicos, sociais e institucionais e a inserção social de indivíduos autistas adultos.

A obra de Del Porto e Assumpção Jr. contribuiu para identificar as comorbidades e as sobreposições fenotípicas que agravam a condição do adulto com TEA, evidenciando os impactos no âmbito social e clínico. Essa abordagem permitiu compreender que a exclusão ou o isolamento social não são escolhas individuais, mas reflexos de lacunas nos sistemas de suporte social, educacional e laboral.

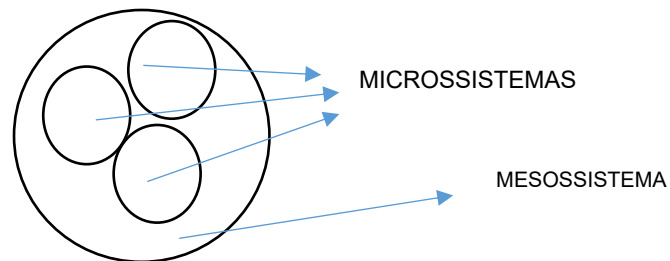
Figura 1: Estrutura das principais comorbidades, baseado na figura de sobreposições fenotípicas Del Porto e Assumpção Jr que agravam a condição do adulto com TEA.



Fonte: A própria autora

A teoria bioecológica de Bronfenbrenner forneceu o arcabouço teórico para analisar as transições entre os microssistemas, especialmente a passagem do ambiente familiar e escolar para o ambiente acadêmico e profissional, destacando a importância das interações sociais e do apoio ambiental para o desenvolvimento adaptativo desses indivíduos, principalmente na fase adulta.

Figura 2: Estrutura em bolhas baseada nas figuras da teoria bioecológica de Bronfenbrenner.



Fonte: A própria autora

Por fim, os dados do IBGE (2025) forneceram um panorama demográfico atualizado, evidenciando a presença significativa de indivíduos autistas na faixa etária adulta, o que reforça a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais, tanto no mercado de trabalho para no ensino superior) que ampliem o reconhecimento e o suporte contínuo ao longo da vida.

Segundo Del Porto e Assumpção Jr. (2023), há uma sobreposição fenomenológica - isto é, similaridade ou coincidência na manifestação dos fenômenos observados como sintomas, comportamentos, experiências entre diferentes condições clínicas, dificultando a distinção clara entre elas - do autismo diagnosticado tardiamente com outras condições psiquiátricas, o que representa um desafio clínico significativo para o estabelecimento de um diagnóstico preciso em adultos.

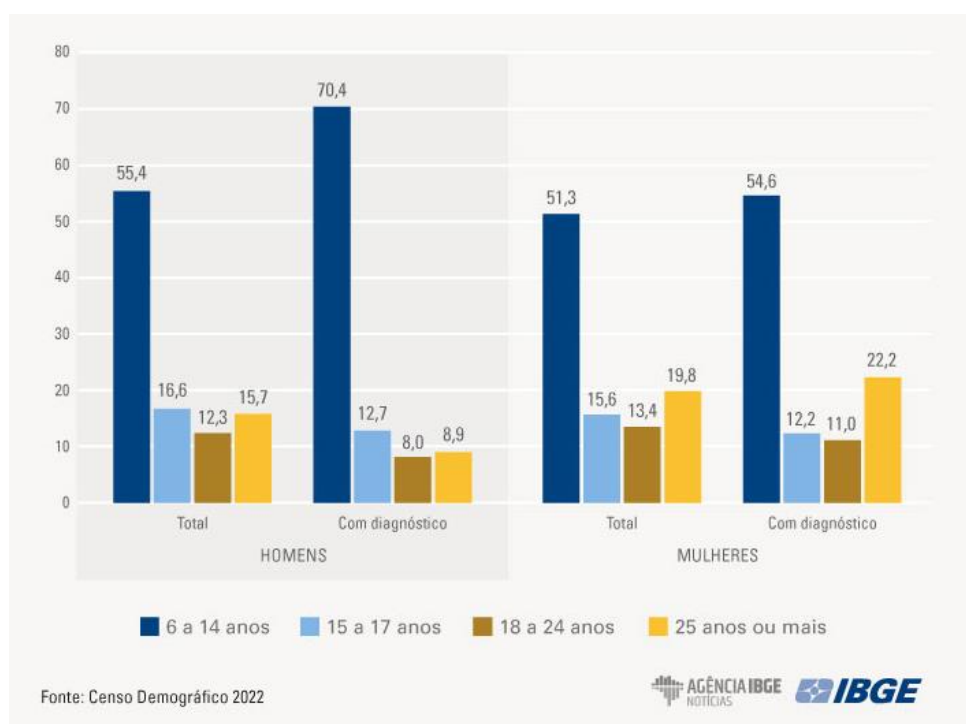
Essa sobreposição se deve, em parte, à heterogeneidade do TEA e à presença de estratégias compensatórias e de camuflagem social adotadas pelos indivíduos ao longo da vida, dificultando a identificação dos sintomas autísticos. Além disso, o atraso no diagnóstico pode acarretar prejuízos nas relações interpessoais e na saúde mental, reforçando a importância do aprimoramento dos processos de avaliação clínica e do desenvolvimento de instrumentos específicos para o diagnóstico em fases adultas.

A análise dos dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), provenientes do Censo Demográfico de 2022, evidencia que a prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta uma tendência decrescente conforme o avanço da idade. De acordo com esses dados, a prevalência do TEA no Brasil é maior nas faixas etárias mais jovens, sobretudo crianças e adolescentes (Figura 2). Os dados revelam que, no grupo de 0 a 4 anos, a prevalência observada foi de 2,1%, elevando-se para 2,6% entre 5 e 9 anos, e reduzindo-se gradativamente para 1,9% na faixa de 10 a 14 anos e 1,3% entre 15 e 19 anos. Segundo o IBGE, esses percentuais correspondem a

aproximadamente 1,1 milhão de pessoas de 0 a 14 anos diagnosticadas com TEA no país, o que evidencia a magnitude da condição no contexto do desenvolvimento infantil e escolar.

Nos grupos etários subsequentes à infância e adolescência, a prevalência variou entre 0,8% e 1,0%, o que indica uma redução significativa em relação às faixas mais jovens. Quando analisadas as diferenças entre os sexos, observa-se predominância do diagnóstico entre homens em todas as faixas etárias até os 44 anos. Contudo, entre 50 e 54 anos e entre 60 e 69 anos, identificou-se uma leve inversão dessa tendência, com as mulheres apresentando percentuais ligeiramente superiores

Figura 3 – Gráfico de Estudantes de 6 anos ou mais (%) por grupo de idade, segundo o sexo e existência de diagnóstico de autismo.



Fonte: IBGE, 2025, Censo 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1º abr. 2025.

Esse comportamento estatístico pode ser interpretado sob diferentes perspectivas. Inicialmente, é possível associar tal diminuição à subnotificação de casos em adultos, decorrente da ausência de diagnósticos precoces e da falta de protocolos clínicos específicos voltados à população adulta. Além disso, aspectos socioculturais e estruturais influenciam diretamente esse cenário, uma vez que o modelo biomédico tradicional⁵ tende a priorizar o

⁵ Modelo Biomédico Tradicional: pode ser definido como uma abordagem centrada nos aspectos biológicos e fisiológicos da saúde e da doença, conceito ocidental do século XIX.

diagnóstico em contextos infantis, em detrimento das manifestações mais sutis do TEA na vida adulta.

Esses dados reforçam a relevância do tema e contribuem para desconstruir a visão reducionista do autismo como um fenômeno restrito à infância, frequentemente associado à ideia de um “transtorno de Peter Pan” (REF). Ao contrário, o TEA deve ser compreendido como uma condição do neurodesenvolvimento que acompanha o indivíduo ao longo de toda a vida, manifestando-se de diferentes formas e intensidades conforme as etapas do ciclo vital

Outro fator relevante diz respeito à escassez de políticas públicas direcionadas à população autista adulta, o que contribui para a manutenção da invisibilidade social desse grupo. A ausência de estratégias efetivas de acompanhamento e inclusão acaba por restringir o acesso dessas pessoas a serviços de saúde mental, educação superior e oportunidades de trabalho, perpetuando um ciclo de exclusão e desconhecimento social.

Com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015; BRASIL, 2015) completando dez anos em 2025, observa-se um marco cujos efeitos já se refletem no acesso de estudantes autistas ao ensino superior. Tal contexto representa o avanço de uma geração que atravessou a educação básica sob a vigência de políticas públicas voltadas à inclusão e à equidade educacional. Esses sujeitos, agora adultos, ingressam no espaço acadêmico trazendo consigo experiências singulares de desenvolvimento e adaptação, construídas ao longo de sua trajetória escolar. Essa trajetória envolve o enfrentamento de desafios não apenas de ordem biológica, como as transformações hormonais típicas da adolescência, mas também de natureza social, relacionadas à necessidade de adaptação a novos ritmos e critérios escolares. Assim, o estudante autista chega à universidade trazendo as marcas de um percurso permeado por barreiras de natureza biológica, social e institucional.

O ingresso desses estudantes no ensino superior, entretanto, revela novas complexidades. Se na educação básica o enfrentamento das barreiras estava relacionado, principalmente, à adaptação aos contextos sociais e às demandas decorrentes de fatores hormonais e comportamentais, no ensino superior a exigência de maior autonomia, somada à constante quebra de rotinas, configura um cenário potencialmente desafiador. A universidade, enquanto ambiente plural, caracteriza-se pela diversidade de culturas, valores e práticas, exigindo dos indivíduos com TEA a reorganização de seu funcionamento adaptativo, emocional e social. A transição para o ambiente acadêmico, portanto, evidencia uma expectativa ampliada de independência e revela rupturas significativas em rotinas previamente estruturadas, o que pode gerar impactos diretos na autorregulação e no desempenho acadêmico.



Em se tratando do corpo docente universitário, grande parte deste possui sua formação em pesquisa e não existe política universitária destinada aos docentes que possam tratar de mecanismos pedagógicos para atender ao estudante autista já presente no espaço acadêmico. Devido às peculiaridades do Espectro Autista, como apresentadas nos incisos I e II do 1º§ do 1º artigo da Lei nº 12.764/2012:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012),

...há uma real necessidade de se buscar um preparo do corpo docente para receber esses estudantes em sala de aula. Em paralelo é necessário haver pessoas preparadas para atuar como mediadores destes estudantes no ambiente acadêmico, auxiliando na adaptação ao ambiente no qual ele está inserido e contribuindo para sua interação com os colegas e com os docentes.

Sob a perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner (2008), o ingresso do estudante autista no ensino superior pode ser compreendido como uma transição entre microssistemas. Essa passagem implica deslocar-se de um ambiente já familiar — como o da educação básica, caracterizado por rotinas estáveis e suporte pedagógico mais direto — para um novo microssistema, marcado por interações sociais mais complexas e por exigências de autorregulação emocional e cognitiva. Essa mudança repercute diretamente no desenvolvimento cognitivo, social e adaptativo do indivíduo autista, uma vez que o ambiente constitui elemento fundamental na sustentação dos processos proximais que promovem o crescimento psicológico e a consolidação de competências socioemocionais. Conforme esclarece Bronfenbrenner (2008, p. 11-12):

“Sua influência sobre o desenvolvimento consiste na capacidade de estimular ou desencorajar reações do ambiente social, de um modo que pode obstruir ou promover processos de crescimento psicológico; por exemplo, um bebê irritadiço versus um bebê feliz; aparência física atraente ou não atraente; ou hiperatividade em contraste com passividade.

Ambiente em que a pessoa em desenvolvimento vive experiências pessoais diretas: família, escola, creche... É dentro do microssistema que os processos proximais operam para produzir e sustentar o desenvolvimento”.



Dessa forma, compreender o percurso do estudante autista a partir da teoria bioecológica permite ampliar a análise sobre como os diferentes contextos institucionais e relacionais podem favorecer ou limitar o desenvolvimento integral desses sujeitos. O ambiente universitário, ao exigir novas formas de interação, autonomia e participação social, torna-se um espaço privilegiado para observar a interdependência entre os fatores pessoais e ambientais que sustentam a inclusão efetiva no ensino superior.

Essa passagem entre microssistemas, conforme propõe a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, frequentemente implica para o adulto autista processos de desregulação emocional e biológica, sobretudo diante da necessidade de adaptação a um novo ambiente social e institucional. O ingresso no ensino superior exige o estabelecimento de novas relações interpessoais, a compreensão de códigos sociais implícitos e o gerenciamento de situações imprevisíveis, fatores que podem intensificar o estresse adaptativo e impactar o bem-estar psicológico.

Ademais, quando essa transição não é adequadamente estruturada e não conta com apoios institucionais ou interpessoais (profissional de apoio especializado), o risco de rejeição social torna-se significativamente maior. A ausência de mediadores, tutores, profissionais de apoio ou pares capacitados para oferecer suporte no processo de adaptação pode contribuir para o isolamento e para a experiência de exclusão, comprometendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também a saúde mental do estudante autista (REF). A importância do mediador no processo de aprendizagem do aluno autista já é conhecida e pautada na Lei Brasileira de Inclusão, contudo, para uma maior eficácia tanto para o jovem autista (a Organização Mundial da Saúde define a juventude como a faixa etária entre 15 e 24 anos de idade) como para o adulto autista, a mediação deve ser feita por seus pares. Ramos e col. (2021) mostram a relevância da Intervenção Mediada por Pares (IMP) no ganho de habilidades sociais e, consequentemente, curriculares. Os pares exercem um papel de agentes de intervenção, auxiliando os alunos-alvo na realização de trocas sociais e, assim, influenciam tanto em seu desenvolvimento quanto em seu desempenho escolar (Ramos *et al.*, 2021).

O processo de formação do mediador deve ser amplo e anterior ao processo de atuação prática (Mota e Vieira, 2022). Embora os autores tratem do mediador na Educação Infantil e no Fundamental I, a visão deste mediador como um elo entre dois pontos no mesossistema de aprendizagem permite expandir ao Ensino Superior: “Ser mediador requer conhecimento científico, domínio técnico e competências pessoais” (Mota e Vieira, 2022, p.55).

O impacto da rejeição social sobre o funcionamento neuroemocional tem sido objeto de estudos relevantes. Pesquisas evidenciam que o cérebro humano processa a dor social de forma



semelhante a dor física (Eisenberger, Lieberman, Willimas, 2003). Os autores argumentam que ambas as dores compartilham sistemas neurais comuns, particularmente nas regiões relacionadas à percepção de ameaça e sofrimento emocional, como o córtex cingulado anterior:

“Esta revisão apresenta evidências que sugerem que a semelhança entre a dor física e a social não termina com esta sobreposição linguística, mas se estende à forma como o cérebro humano processa ambos os tipos de dor.” (EISENBERGER; LIEBERMAN; WILLIAMS, 2003, p. 291; tradução nossa)

Essa sobreposição neurofuncional reforça a hipótese de que experiências de exclusão ou rejeição social possuem consequências fisiológicas e psicológicas reais, podendo gerar reações comparáveis às respostas a estímulos dolorosos físicos. No caso do estudante autista, imerso em um ambiente desafiador, tais experiências são potencializadas pela sensibilidade sensorial e emocional característica do TEA, tornando imprescindível a presença de estratégias de acolhimento e mediação no ambiente universitário

Os dados apresentados reforçam, portanto, a necessidade de ampliar as investigações científicas sobre o autismo na vida adulta, considerando as especificidades de gênero, faixa etária e contexto socioeconômico. Além disso, evidenciam a urgência da implementação de políticas públicas intersetoriais, capazes de integrar saúde, educação, assistência social e mercado de trabalho em torno de um objetivo comum: assegurar o acompanhamento adequado, a inclusão social e a promoção da qualidade de vida das pessoas autistas ao longo de todo o ciclo vital.

Compreender o autismo na vida adulta requer uma abordagem multidimensional, que considere não apenas os aspectos clínicos e comportamentais, mas também as implicações psicossociais, educacionais e laborais. A ausência de políticas voltadas a essa população compromete não apenas o acesso a diagnósticos precisos e intervenções adequadas, mas também a efetivação dos princípios de inclusão e equidade preconizados pela legislação brasileira.

A análise dos dados e das referências teóricas utilizadas neste estudo evidencia que a situação do autista adulto transcende os números apresentados em estatísticas demográficas e epidemiológicas. Para além das quantificações, há uma necessidade ética, social e política de visibilizar e apoiar indivíduos autistas adultos, que historicamente têm sido relegados à margem da sociedade. Tal invisibilidade reforça a urgência de estratégias de identificação diagnóstica,



acompanhamento contínuo e inclusão social, garantindo o direito desses sujeitos à participação plena nos espaços educacionais, profissionais e comunitários.

A partir da integração das principais fontes bibliográficas e institucionais analisadas, Autismo no Adulto (Del Porto; Assumpção Jr., 2023), a perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2008) e os dados do IBGE (2025), torna-se evidente que os desafios enfrentados pelos autistas adultos são múltiplos e inter-relacionados. Entre eles, destacam-se: a ausência de profissionais de apoio especializado; as barreiras sensoriais e comunicacionais; a exclusão social e as dificuldades de adaptação e permanência no ensino superior e no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados pelo Censo Demográfico de 2022 configuram um marco significativo nas estatísticas nacionais relativas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao disponibilizar informações inéditas e sistematizadas que fomentam o avanço da compreensão pública e científica sobre a condição. Essas evidências são fundamentais para a formulação e aprimoramento de políticas públicas direcionadas à inclusão social, ao atendimento educacional especializado e à ampliação dos serviços de saúde mental, com foco especial na identificação e no acompanhamento das pessoas autistas ao longo de todo o ciclo vital.

A análise integrada dos dados do IBGE (2025) com as reflexões teóricas de Del Porto e Assumpção Jr. (2023) revela que o autismo na vida adulta permanece, em grande medida, subnotificado e invisibilizado nos âmbitos clínico, científico e social. Essa lacuna decorre, em parte, da falta de instrumentos diagnósticos sensíveis às manifestações tardias do espectro, bem como da insuficiência de políticas públicas estruturadas que atendam às necessidades específicas dessa população.

Conclui-se, portanto, que, embora o reconhecimento do TEA na infância tenha avançado substancialmente nas últimas décadas, a fase adulta constitui um domínio ainda marcado por negligência institucional e epistemológica. Tal constatação reforça a urgência do desenvolvimento de estratégias intersetoriais articuladas entre os setores da saúde, educação, trabalho e assistência social, visando assegurar diagnósticos precisos, acompanhamento contínuo e a efetivação de oportunidades concretas de inclusão para adultos autistas.

Adicionalmente, destaca-se a relevância de promover ações formativas e campanhas de conscientização voltadas à desconstrução de estigmas, favorecendo a valorização da neurodiversidade como uma expressão legítima da condição humana. Dessa forma, esta



pesquisa contribui para ampliar o debate científico e social sobre as trajetórias, potencialidades e desafios enfrentados por essa população.

Por fim, esta investigação reafirma a necessidade de que o autismo na vida adulta, principalmente o autismo feminino, seja colocado como prioridade nas agendas de pesquisa e de políticas públicas, como um passo imprescindível para a construção de uma sociedade realmente inclusiva, equitativa e comprometida com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. DSM-V: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 abr. 2025

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em 12 out 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acessado em 08 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 153, n. 46, p. 1-4, 9 mar. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acessado em 08 abr. 2025.

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DEL PORTO, JA; ASSUMPÇÃO JR., FB. Autismo no Adulto. Porto Alegre: ArtMed, 2023.

EISENBERGER, N. I.; LIEBERMAN, MD.; WILLIAMS, KD. Does Rejection Hurt? An fMRI Study of Social Exclusion. Science, v. 302, n. 5643, p. 290-292, 10 out. 2003. DOI: 10.1126/science.1089134

FERNANDES MESQUITA SANCHES, P.; DE FREITAS, M. C. Inclusão de Estudantes Autistas no Ensino Superior: uma revisão sistemática de literatura. Educere et Educare, [S. l.], v. 17, n. 43, p. 147–171, 2022. DOI: 10.48075/educare.v17i43.29642. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/educare.v17i43.29642> em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29642>. Acesso em: 9 out. 2025.



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultados da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/censo2022.html> e <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil>. Acesso em: 01 abr. 2025.

MOTA, ACW; VIEIRA, ML. Programa Mediação: um programa de intervenção psicológica precoce no desenvolvimento de crianças com Transtorno de Espectro do Autismo. 1ª edição. Ed. Joinville, SC. Editora Santorini, 2021.

RAMOS, Fabiane dos Santos; BITTENCOURT, Daniele Denardin de; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher e SCHMIDT, Carlo. Intervenção Mediada por Pares no Engajamento Acadêmico de Alunos com Autismo. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2021, vol.27 [citado 2025-10-12], e0261. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382021000100340&lng=pt&nrm=iso. Epub 15-Jun-2021. ISSN 1980-5470. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0261>.

